



# Prefeitura Municipal de Guaratuba

Estado do Paraná

**LEI Nº 1.479/2011**

**DATA: 13 de dezembro de 2011.**

*Autoriza parcelamentos de débitos previdenciários e não previdenciários do Município perante o Regime Próprio de Previdência Social - RPPS, e dá outras providências.*

A Câmara Municipal de Guaratuba aprovou e eu, Prefeita Municipal, sanciono a seguinte lei:

**Art.1º** Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a confessar, parcelar, reparcelar, reconsolidar dívidas referentes aos parcelamentos de débitos autorizados pela Lei Municipal nº 1.393, de 20 de janeiro de 2010, incluindo débitos previdenciários e não previdenciários, mediante assinatura de TERMO DE ACORDO DE PARCELAMENTO E CONFISSÃO DE DÉBITOS entre as partes, devendo a consolidação e reconsolidação de valores ser feita com atualização por IPC-FIPE mais juros de 6% (seis por cento) ao ano.

**Art. 2º** Os parcelamentos a que se refere a presente Lei poderão ser feitos em até 240 (duzentos e quarenta) parcelas mensais e sucessivas, obedecendo-se, para efeito de fixação do número de parcelas o previsto no artigo 5º da Portaria MPS nº. 402, de 10 de dezembro de 2008 e suas alterações posteriores.

**Art. 3º** A primeira parcela dos parcelamentos a que se referem os artigos 1º e 2º será paga no último dia útil do mês seguinte ao que ocorrer a publicação do TERMO DE ACORDO DE PARCELAMENTO E CONFISSÃO DE DÉBITOS firmado entre as partes, e as demais parcelas no último dia útil dos meses ulteriores.

**Art. 4º** As parcelas vincendas dos parcelamentos a que se refere a presente lei serão atualizadas por IPC-FIPE mais juros de 6% (seis por cento) ao ano, contados a partir do primeiro dia do mês seguinte em que encontrar-se consolidada a dívida a ser parcelada e o último dia do mês anterior ao em que ocorrer o vencimento da parcela vincenda.





## Prefeitura Municipal de Guaratuba

Estado do Paraná

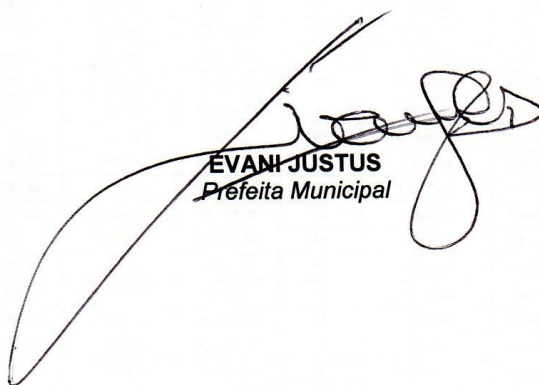
**Art. 5º** Ocorrendo atraso no pagamento de quaisquer das parcelas vincendas, por ocasião do pagamento da parcela em atraso, incidirão a atualização pelo IPC - FIPE mais juros simples 0,6% (zero, virgula seis por cento) ao mês, contados a partir do primeiro dia do mês seguinte em que encontrar-se consolidada a dívida a ser parcelada e o último dia do mês anterior ao em que ocorrer o pagamento da parcela em atraso.

**Art. 6º** As parcelas pagas dos parcelamentos autorizados pela Lei Municipal nº 1.393, de 20 de janeiro de 2010, deverão ser atualizadas nas mesmas bases determinadas para a consolidação da dívida e deduzidas, para efeito de se apurar o valor a parcelar.

**Art. 7º** As despesas com a execução desta lei correm por conta de dotações orçamentárias próprias, consignadas nos respectivos orçamentos anuais, suplementadas, se necessário.

**Art. 8º** Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se a Lei Municipal Nº 1.393, de 20 de janeiro de 2010.

GABINETE DA PREFEITA MUNICIPAL DE GUARATUBA, 13 de dezembro de 2011.



EVANI JUSTUS  
Prefeita Municipal